

*Eliane Crisóstomo Dias Ribeiro
Aparecido Francisco Dos Reis*

COLÔNIA SÃO LUÍS: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA PERCEPÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DE UMA COMUNIDADE NO PANTANAL

Resumo: A Colônia São Luís, popularmente conhecida como Coloninha, está localizada no município de Rio Verde de Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, Brasil, às margens da Rodovia MS 427. Sua colonização teve início há cerca de 40 anos e, desde então, tem mantido constante a sua população, que é de aproximadamente 25 famílias. O projeto de pesquisa foi desenvolvido, nesta área, com o objetivo de analisar a relação que esses moradores têm com a terra; os modos com que tratam os recursos naturais; e o grau de harmonia entre a população e o ambiente. A pesquisa ora apresentada foi desenvolvida com base no tipo descritiva, consistente de registro, análise e interpretação dos fatos para explicar os fenômenos sociais. Para o levantamento de dados e informações, foram contemplados os principais aspectos do meio natural, físico e sociocultural. A comunidade caracteriza-se por uma população tradicional que enfrenta fatores ambientais limitantes, mas vivencia um processo equilibrado de sustentabilidade. Caracteriza-se, ainda, por uma população tradicional com evidentes laços afetivos pelo território e elevado potencial de capital social para o desenvolvimento local. Entretanto, a reduzida apropriação desse capital gera a perspectiva de um limitado desenvolvimento local na percepção socioambiental dos entrevistados.

Palavras-chave: Colônia São Luiz, desenvolvimento local, Pantanal, populações tradicionais

Title: Colônia São Luís: Local Development Perspectives on the Social and Environmental Perception of a Pantanal Community

Abstract: Colônia São Luís, known as Coloninha, is located in Rio Verde de Mato Grosso county, in the Brazilian state of Mato Grosso do Sul., on MS 427 Road. Colonization began around 40 years ago and, since then, has maintained a constant population of approximately 25 families. This research project was performed, in that community, with the main objective of analyzing people's relationship with the land, the ways they handle natural resources and the degree of people's harmony with the environment. For data and information to be drawn, the main aspects of the natural, physical and socio-cultural environment have been considered. Coloninha inhabitants face limiting environmental factors, but experience a steady process of sustainability. The community is characterized by a traditional population, with evident and affective connection with their territory and high potential of social capital for local development. However, a reduced appropriation of this capital generates a perspective of limited local development in the socio-environmental perception of the interviewed people.

Key words: Colônia São Luís, local development, Pantanal, traditional populations

INTRODUÇÃO

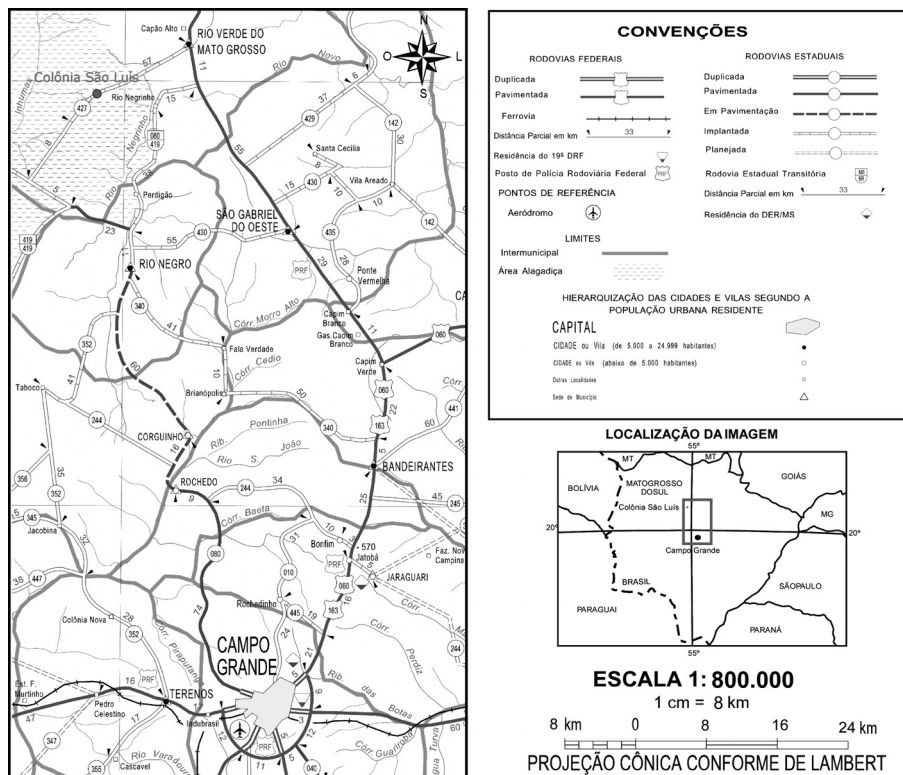
A Colônia São Luis ou Coloninha, como também é conhecida, está localizada no município de Rio Verde de Mato Grosso, no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. A sede do município situa-se a 201km de Campo Grande, capital do Estado, cujo acesso principal dá-se pela BR 163. O município de Rio Verde de Mato Grosso foi emancipado pela Lei N° 707 de 16 de dezembro de 1953 e conta com uma população de aproximadamente 20.000 (vinte mil) habitantes. A principal atividade econômica do município de Rio Verde de Mato Grosso é a agropecuária. Os principais produtos agrícolas são: algodão, arroz, banana, coco da Bahia, feijão, laranja, mandioca, uva, maracujá, milho, sorgo e soja. O seu principal rebanho é o bovino, com significativa produção de leite. Ao longo dos últimos anos, o município vem se destacando pelo seu potencial turístico, o qual tem despertado interesses empresariais.

A Coloninha também é conhecida na região como Colônia Seca¹. Ela está localizada à margem direita do Rio Negro e delimitada, de um lado, pela Serra de Maracaju, e, do outro, pelo início da planície pantaneira. É importante salientar que a área onde a Coloninha está inserida não é planície inundável, guardando em si muitas características de áreas de proximidades de encostas de serras. As coordenadas geográficas da Coloninha são 19°16'35,86" de latitude e 55°09'54,84" de longitude. O povoado está situado às margens da Rodovia MS 427, distante 62km da cidade de Rio Verde de Mato Grosso e 42km da cidade de Rio Negro (Mapa 1, Fig. 1).

Os percursos de acesso à Coloninha permitem a observação de mamíferos silvestres como lobinhos, pacas, tatus, tamanduás e porcos do mato caminhando livremente por entre a vegetação nativa. Muitas aves da planície pantaneira, como seriemas, tuiuiús, garças, colhereiros, papagaios, tucanos, araras, martins-pescadores, frangos d'água, anhumas, gaviões e emas também podem ser contempladas à beira da estrada. A vegetação predominante da região é de savana arbórea, cujas principais espécies vegetais encontradas são o angico, o novateiro, a chimbuva, a aroeira, a sucupira-preta, o carvão-branco, a farinha-seca e o genipapo, dentre outras. No período de estiagem no planalto, a vegetação fica muito ressecada, apesar da coloração avermelhada resultante do acúmulo de pó da estrada sobre a folhagem. Durante o mesmo período, na planície o solo argiloso transforma-se em um finíssimo pó² branco. Ao passar um veículo, este pó levanta-se rapidamente, fazendo

¹ Segundo informações prestadas pela Câmara Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, o nome Colônia Seca atribui-se ao fato de que, inicialmente, havia poços rústicos que atingiam até 22m de profundidade e que ficavam secos no período de estiagem.

² De acordo com o Atlas Multirreferencial da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul: O Grupo Paraná em território do Estado de Mato Grosso do Sul, representa a sedimentação Siluro-Devoniana e constitui-se pelas formações Furnas e Ponta Grossa, ocorrendo a partir da porção central do Estado, arredores do município de Aquidauana, estendendo-se através de uma faixa contínua e pouco estreita com direção aproximada N 10°. E a partir do município acima citado, adentrando-se para norte no vizinho Estado de Mato Grosso. Litologicamente observam-se arenitos ortoquartzíticos, colorações claras, com intercalações subordinadas de conglomerado e finos leitos de siltito e argilito cinza-esverdeado e/ou cinza-amarelado (1990: 11).



Mapa 1 Localização da Colônia São Luís e região. Fonte: Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes (adaptado)



Fig. 1 Vista aérea da Rodovia MS 427 com destaque da vila da Coloninha à esquerda, em 1997

lembrar um talco. Assim como ocorre no planalto, aí as folhagens também ficam cobertas de pó. No mesmo percurso, constantemente se observam, também, comitivas conduzindo gado da região. Os peões pantaneiros, em suas vestimentas e apetrechos característicos, sugerem um cenário de perfeita harmonia entre o homem e a natureza. Amistosos e hospitaleiros, os peões sempre acenam aos viajantes como se fossem velhos conhecidos.

A área de domínio da Coloninha é dividida em lotes que dão lugar a dois diferentes tipos de espaços de organização, chácaras e vila, como designadas pela comunidade. O transeunte que chega a Coloninha vindo de Rio Verde de Mato Grosso passará pelas chácaras antes de adentrar à vila. A passagem pelas chácaras transmite uma tranquilidade não vivenciada nos grandes centros urbanos. As porteiras não possuem qualquer sistema de segurança ou isolamento, como cadeados, sendo que muitas são encontradas constantemente abertas. Atividades agropecuárias, como as plantações de cana-de-açúcar, coco, mandioca e milho, e a criação de animais domésticos, como o gado leiteiro, praticadas nas chácaras, ornamentam as margens da estrada. Em segundo plano, do lado esquerdo, observa-se o serpentear da Serra de Maracaju. A vila compreende uma área destinada aos lotes menores, 40m x 60m, em média, aí estando concentrada a infraestrutura da Coloninha, numa extensão de aproximadamente 500 metros. É na vila que se pratica atividades comerciais com maior intensidade. Conforme se observa na Fig. 1, há uma extensa área de pastagem à direita. A esquerda, por sua vez, possui maior concentração de edificações e é bastante arborizada. No horizonte se vê a planície pantaneira.

METODOLOGIA

A pesquisa ora apresentada foi desenvolvida com base no tipo descritiva. Ela consistiu de registro, análise e interpretação dos fatos para explicar os fenômenos sociais. A metodologia e as técnicas aplicadas tiveram como objetivo propiciar a participação do público-alvo no processo de caracterização da comunidade. Para o levantamento de dados e informações, foram contemplados os principais aspectos do meio natural, físico e sociocultural. A pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira consistiu de levantamento de dados de fonte primária e teve como intuito recolher informações documentadas sobre a Coloninha. A segunda etapa consistiu das fases de pesquisa de campo descritas a seguir.

Observação

Na concepção de Marconi e Lakatos:

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir [...]

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. (1999: 90)

Sendo uma técnica de observação espontânea, foi aplicada com o objetivo de auxiliar a identificação de fatos que a própria comunidade ainda não havia percebido. A técnica utilizada para coleta de dados durante as visitas foi a de entrevista com preenchimento de formulário. A entrevista é uma técnica muito recomendada para as pesquisas sociais. Gil (1999: 117) a define como “bastante adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”. Uma das características básicas de aplicação do formulário é o seu preenchimento face a face, entrevistador e entrevistado (Gil 1999). Desta forma, ressalta-se que todos os formulários foram preenchidos pela pesquisadora durante as entrevistas.

Os encontros com as famílias foram realizados durante o período de 08 de abril a 14 de novembro de 2005. O formulário constituiu-se de duas folhas, a 1ª etapa e a 2ª etapa, respectivamente, e teve como base um roteiro semi-estruturado. Através do formulário, foram coletados dados respectivos a identificação das famílias, técnicas de produção utilizadas, suas relações sociais, relações com a flora e com a fauna da região e suas expectativas de melhoria local da qualidade de vida. As perguntas contidas no formulário serviram apenas de orientação para a pesquisadora. Várias adequações foram efetuadas na forma de perguntar, especialmente quanto à simplificação da linguagem, para a qual evitou-se as expressões técnicas. Cada família foi visitada, em média, três vezes, sempre em período diurno, sendo que a maioria das informações foi prestada por mulheres.

Realização de dinâmicas de participação

Esta fase consistiu na realização de dinâmicas participativas com o público escolar. A definição deste segmento para aplicação das dinâmicas foi baseada nos resultados obtidos das entrevistas com os moradores. As técnicas utilizadas foram baseadas em duas metodologias participativas: A Dinâmica do Barbante e a Dinâmica da Maquete. Essas dinâmicas são técnicas lúdicas, através das quais é possível analisar posturas que um indivíduo ou grupo tem frente às suas relações sociais e ao ambiente em que vive. Estas técnicas utilizam como base as experiências do cotidiano das pessoas e de seu universo de conhecimento. Desta forma, é possível examinar noções individuais e coletivas de cultura e identidade, contextualizando-as no tema proposto.

A Dinâmica do Barbante teve como objetivo analisar o grau de conhecimento dos alunos sobre ecologia e as relações existentes entre os mesmos e os elementos apresentados na dinâmica. Também foram debatidos conceitos tais como conservação, depredação dos recursos naturais e extinção de animais silvestres. Esta atividade foi realizada na escola, em 14 de julho de 2005, no período matutino, e contou com a participação de 16 alunos. Para o desenvolvimento desta técnica foi necessário um rolo de barbante e crachás de identificação de animais e plantas. Inicialmente, os alunos foram dispostos sentados em círculo. Todos os alunos receberam um crachá de identificação, contendo o nome de um animal, planta ou fungo. Um aluno foi designado para representar o “sol”, no centro do círculo. Posteriormente, foi solicitado aos demais alunos que apresentassem ao restante do grupo características do elemento que representavam. A atividade iniciou-se com o “sol”. O aluno enrolou o barbante no dedo e jogou-o a outro

participante, sendo descrita a sua relação ecológica com o seu receptor. Logo em seguida, aquele que recebeu o barbante também o enrolou em seu dedo e jogou-o ao próximo participante, tendo o mesmo procedimento sido adotado sucessivamente. Durante a descrição da relação ecológica apresentada pelos alunos, houve intervenções da professora e da pesquisadora sempre que se faziam necessárias para os devidos esclarecimentos. Ao final, havia uma “teia” formada pelo barbante. Ao desfazer-se da teia, o barbante foi novamente enrolado. Este procedimento foi realizado lentamente, durante o qual foram debatidos alguns conceitos, tais como: conservação, depredação dos recursos naturais e extinção de animais silvestres.

Na Dinâmica da Maquete, o processo de construção da maquete teve como objetivo extrair dos alunos seus diferentes graus de atitudes frente ao objeto reproduzido. Os participantes da dinâmica foram divididos em quatro grupos. Aos grupos foi solicitado que fizessem a construção de maquetes da Coloninha. Durante a construção das maquetes, algumas perguntas foram efetuadas aos participantes sobre suas percepções do meio sócio-ambiental e sobre as suas perspectivas de desenvolvimento para a Coloninha. Posteriormente, a cada grupo foi solicitada a apresentação e a defesa de suas maquetes. Esta atividade também foi realizada na escola, em 14 de julho de 2005, no período vespertino. Materiais recicláveis foram disponibilizados para a construção das maquetes, os quais foram arrecadados e compartilhados por todos. Outros instrumentos também foram colocados à disposição, tais como tinta guache, pincéis, lápis de cor, tesouras, cola e papel crepom, dentre outros. O papel *kraft* foi utilizado como base das maquetes. Durante a construção das maquetes, os grupos foram visitados para o acompanhamento de sua evolução. Algumas perguntas foram realizadas aos participantes sobre suas percepções do meio socioambiental e sobre as suas perspectivas de desenvolvimento para a Coloninha. Posteriormente, a cada grupo foi solicitada a apresentação e a defesa de suas maquetes.

Entrevistas com lideranças comunitárias

Esta etapa teve como finalidade colher informações sobre as formas de organização social sob o ponto de vista das lideranças locais. Esta técnica foi aplicada às duas maiores lideranças identificadas durante a fase de observação. Com a finalidade de obter uma maior abrangência e liberdade das respostas, a entrevista foi determinada por perguntas abertas – não estruturadas.

IDEÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ao tratar-se do conceito de desenvolvimento local, cuidado especial deve ser tomado para que o mesmo não venha a ser confundido com a prática de ações assistenciais, paternalistas ou promocionais. Essas ações são comuns, especialmente, em localidades economicamente carentes, onde há, principalmente, ausência de responsabilidade e comprometimento político. Portanto, esse tipo de ação caracteriza um tipo de de-

envolvimento para o local, cujos benefícios são gerados por organismos promotores de ações assistencialistas e que, normalmente, situam-se no local. Outro grande equívoco refere-se aos benefícios promovidos por agentes externos, como, por exemplo, uma empresa industrial que gera empregos, arrecadação de impostos e a circulação de bens e serviços. Esta é uma forma de desenvolvimento no local, onde os benefícios à população podem esgotar assim que as atividades externas se ausentarem da localidade por qualquer motivo (Ávila 2003).

Para que o desenvolvimento do local ocorra efetivamente, necessário se faz a ruptura de antigos paradigmas de desenvolvimento. Esse processo estará apoiado em atitudes que culminem em ações de uma nova ética e moral de sustentabilidade. Enfrentar esse novo desafio é “[...] a proposta humanista, holística e ecológica, que está na essência do desenvolvimento local” (Martins 2002: 51). Este novo modelo de desenvolvimento somente poderá ocorrer com a participação ativa e democrática da comunidade. As mudanças necessárias devem ocorrer de dentro para fora, sendo denominada de “desabrochamento da comunidade” (Ávila 2000). Para que isto aconteça, a comunidade deve, inicialmente, ser capaz de identificar as suas potencialidades humanas, sociais e ambientais. Desta forma, a comunidade será sujeito e, ao mesmo tempo, agente de contínuas e benéficas transformações em sua própria qualidade de vida. Agindo assim, a independência externa será conquistada gradativamente, afastando-se relações dominantes de entidades e pessoas que exercem o indesejável poder e a centralização. Ao mesmo tempo, laços de interações serão fortalecidos com atores externos na medida em que as relações convergem suas potencialidades e seus esforços sejam somados em prol de objetivos comuns. A essas potencialidades atribuem-se os fatores endógenos. Na concepção de Ávila (2000), dentre os fatores endógenos, o mais fundamental é a capacidade da comunidade mobilizar-se. Portanto, uma vez identificadas as suas potencialidades, a comunidade deve sensibilizar-se e mobilizar-se para que suas competências e habilidades possam se desenvolver, pautando-se nos interesses coletivos, na auto-estima e na autoconfiança. A mobilização parte do propósito de um grupo de pessoas, o qual decide tomar determinadas atitudes pautadas em objetivos comuns, buscando os resultados almejados por todos. Esses objetivos têm como base desejos individuais que se somam para construir um sonho, aquele que é de todos. Há um interesse compartilhado por todos, mas é de cada um em sua essência (Toro e Werneck 1997).

O desenvolvimento local não tem um único conceito, estando em constante processo de aprimoramento, porém, princípios fundamentais são adotados para a sua aplicação. Apenas para detalhar alguns dos princípios aqui apresentados, destacam-se as necessidades de autovalorização do indivíduo, seus sentimentos de pertencer à comunidade e sua capacidade de interagir com ela através de processos de sensibilização e mobilização. Esses princípios são ressaltados por Kliksberg em estudos sobre o desenvolvimento social, quando o autor afirma que este modelo de desenvolvimento “potencializa o capital social e gera estabilidade política, bases essenciais para um crescimento sadio e sustentável” (2001: 114). Dentre as bases aludidas por Kliksberg, destaca-se o capital social, provavelmente o mais importante parâmetro para análise de qualquer forma de desenvolvimento. Considera-se capital social o conjunto de recursos, especialmente os simbólicos, apropriados por um grupo comunitário.

O que caracteriza, então, o capital social é a capacidade de um grupo praticar o associativismo, sendo a confiança e o respeito às regras de comportamento cívico o alicerce das relações sociais. A confiança pessoal é algo a ser conquistado através de abertura, de si para o outro e vice-versa, e de atos que demonstrem cordialidades e lealdade. É o que Giddens (1991: 123) chama de “processo mútuo de auto-revelação” em sua reflexão sobre a confiança na modernidade. O autor evidencia a importância das formas como as crenças e as práticas tradicionais são organizadas. Na concepção desse autor, esses elementos são fundamentais para a compreensão do papel da confiança nessas relações culturais. É através do capital social que se exercita a solidariedade, cuja coesão social se alcança através da prática de reciprocidades. A ausência de cooperativismo compromete a própria organização do grupo, razão pela qual os componentes morais, pressupostos da cooperação, devem ser constantemente regados. Esses elementos fortalecem a identidade cultural, que é definida pelas relações sociais mantidas entre os membros de um mesmo grupo e caracterizada por processos de auto-reconhecimento e diferenciação. Cuche (1999: 177) defende que “a identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista)”. E, ainda, “é no grupo étnico que se partilham as emoções e as solidariedades mais profundas e mais estruturantes” (Cuche 1999: 180).

A identidade de um lugar é a sua característica física e como as pessoas fazem uso de seu passado, pautada nas condições de produção e reprodução da sua cultura. Nada mais é do que a soma de seus saberes, acumulados e transmitidos de geração a geração. Assim, a história vai construindo uma consciência na memória do grupo, sendo chamada de memória coletiva e “[...] apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro” (Santos 1996). Os valores simbólicos e materiais, compartilhados pela comunidade, cotidianamente, acabam por atribuir uma identidade ao lugar. O espaço ocupado vai absorvendo um conjunto de práticas sociais, religiosas e culturais, dentre outras, capazes de garantir a permanência do indivíduo em um dado território. Essas práticas são ora solidárias, ora conflitantes, porém formam a base da vida em comum. O espaço físico é, então, modelado pelas relações sociais estabelecidas pela identidade e pelo poder. Na opinião de Carlos (1996: 49) o espaço é, portanto, “instrumento de ação”, capaz de produzir uma hierarquia de conquista, dominação e de exercício de poder.

O lugar, então, tem como referência a relação afetiva criada entre as pessoas e os elementos simbólicos e rituais encontrados em um território. Martins (2002: 54) define o local como sendo o “[...] cenário interativo dos acontecimentos humanos, onde os fenômenos naturais e humanos acontecem e produzem seus efeitos”. Por esta razão, sempre terá “alguém” para referenciá-lo, pois, para outra pessoa qualquer, poderá não ser definido como o “seu lugar”. Outra consideração importante quanto ao lugar diz respeito à dimensão do espaço em que o mesmo está inserido. A rua, um bairro ou uma cidade poderá ser o lugar para uma pessoa dependendo do referencial que for adotado pela mesma e da escala escolhida para o nível de análise que se deseja. Por isso, Little (2002) argumenta que o sentimento de pertencimento a um lugar não está associado a questões étnicas, e sim ao espaço físico determinado. Assim sendo, o anseio de pertencimento ao

lugar sedimenta-se, aflorando, então, o sentimento de apropriação do território, ou seja, de territorialidade. Santos (1996: 258) apresenta esse sentimento imbuído de expressão quase poética, em que o conceito de lugar é apresentado como “o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade”. A territorialidade será, então, resultado da interação de seres humanos com o seu espaço vivido. Para Little, territorialidade é o ânimo coletivo “[...] de um grupo social para ocupar, usar, controlar se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland*” (2002: 3, grifo do autor). Esse autor utiliza o termo “cosmografia” para auxiliar a compreensão do termo territorialidade sob a ótica da antropologia.

A PERCEPÇÃO DO LUGAR EM POPULAÇÕES TRADICIONAIS

A capacidade perceptiva de cada pessoa está associada ao seu uso dos sentidos. Por sua vez, a ênfase dada a cada um dos sentidos é determinada pela cultura e meio ambiente (Tuan 1980). Por essa razão, o ser humano necessita aprender a processar as informações apresentadas, atuando de forma ativa na criação de suas experiências. Hastorf *et al.* (1973: 5) argumenta que “embora nossas experiências sejam imediatas e estruturadas, a sua criação inclui participação extremamente complexa do organismo, e nesta devemos considerar a seleção ativa e o processamento de estímulos que nos atingem.”

Topofilia é termo aplicado por Tuan (1980) para definir o “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. O autor acredita que os sentimentos e as suas manifestações diferem profundamente em “intensidade, sutileza e formas de expressões”. Em sua concepção, os sentimentos topofílicos são despertados por pequenas extensões territoriais. Esses sentimentos estão intimamente relacionados ao atendimento “às necessidades biológicas do homem e às capacidades limitadas dos sentidos” (Tuan 1980: 116). Os sentimentos topofílicos que os agricultores alimentam estão intimamente relacionados às condições sócio-econômicas que ocupam. Trabalhadores rurais que lidam diretamente com a terra possuem uma relação mista de amor e ódio com a natureza (Tuan 1980). Em consonância, Tuan explica que a relação da criança para com a natureza consiste no prazer das sensações físicas por ela vivenciada e nos contatos que ela mantém com certos objetos. Para a criança, a visão sossegada do lugar fica em segundo plano, cuja beleza estética não é o mais importante. O ambiente físico, por si só, não é o responsável por despertar e cativar sentimentos afetuosos.

A percepção social do ambiente é processada com base em “juízo” de valores e crenças (Diegues 2000). Esse “juízo” é traduzido pela forma como um indivíduo pode “perceber e valorar” objetos e fatos. O seu modo de interpretar “coisas” e “acontecimentos” vai depender de vários fatores como o nível de consciência, o estado emocional e o conhecimento prévio do objeto da sua interpretação (Bourlegat 2004). Partindo desse princípio, comunidades que possuem os mesmos valores e crenças compartilham, igualmente, as suas percepções sobre o ambiente. Compreender o processo perceptivo não é suficiente para analisar a percepção ambiental de uma população tradicional. De grande impor-

tância, os debates sobre os povos tradicionais têm sua base em reflexões sobre a conservação dos recursos naturais e as formas de manejo praticadas por essas comunidades. A maneira como os territórios são utilizados tem gerado conflitos entre as populações tradicionais e autoridades governamentais. As maiores implicações são de cunho político e social, especialmente no que tange à ocupação desses territórios (Little 2002).

O Brasil é o país que possui uma das mais elevadas taxas de diversidade étnica e cultural. Entretanto, poucos são os povos reconhecidos, com direitos assegurados por políticas públicas. Portanto, os modos de vida caracterizados por essas culturas se definem com base na relação entre os integrantes da comunidade e o seu habitat, cultivando hábitos e costumes conservadores. De acordo com o Decreto Federal nº 6.040 de 07/02/07, se define população tradicional como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando inovações, práticas e conhecimentos gerados e transmitidos pela tradição”.

São características das populações tradicionais: a) sistema de produção baseado na economia de subsistência; b) manejo sustentável dos recursos naturais é praticado cotidianamente; c) prática e exercício da representação simbólica; d) relação afetiva com o território ancestral; e) relações sociais centradas em laços de parentescos e de solidariedade; f) exclusividade e auto-reconhecimento da cultura; g) saberes tradicionais dominados e praticados cotidianamente. Em estudos sobre território e saberes de populações tradicionais, Castro (2000) exalta a importância do conhecimento tradicional. Nesses estudos, a autora suscita importantes reflexões sobre os saberes tradicionais no contexto de debates nos campos da conservação ambiental e da biotecnologia. As reflexões levam ao claro entendimento de que a garantia do patrimônio cultural das populações tradicionais depende da perpetuação dos seus conhecimentos tradicionais.

RESULTADOS

De acordo com o documento enviado pela Câmara Municipal de Rio Verde de Mato Grosso a ocupação da região deu-se da seguinte forma:

Aproximadamente no ano de 1932, Vergelino Mateus de Oliveira, e seus irmãos, vieram do Rio Grande do Sul, a procura de terras. Quando chegaram em Campo Grande, ficaram sabendo que na margem direita do Rio Negro, tinha uma grande extensão de terras devoluta “sic”. Imediatamente partiram para o local, fixando acampamento na Ponta do Morro, no local denominado Bocaina. Enquanto alguns ficaram na margem direita do Rio Negro fazendo derrubada para o plantio da lavoura, um dos irmãos, Inácio Mateus, preparou a matula, encilhou o cavalo e partiu para Cuiabá. Depois de mais de dois meses, chegou com os documentos da terra, que foi denominada Faz. Rio Negro. O local onde formou a pequena comunidade, inicialmente Colônia Seca, Chamava-se (sic) Mata do Segredo e pertencia a irmã,

D. Vergília Mateus de Oliveira, que teve vários filhos, entre eles, Idalina Mateus, que se casou com um cidadão de nacionalidade Uruguaiana (sic), Chamado (sic) Luis Henrique Linch (sic).

Estas informações foram confirmadas pelo Sr. Gildo Panini e sua esposa, Sra. Araceli, sendo que atualmente representam os primeiros moradores da Coloninha. Eles explicaram que a Coloninha foi colonizada graças às terras vendidas pelo Sr. Henrique Lynch. Segundo o Sr. Gildo, por esta razão a Coloninha recebeu o nome Colônia São Luís, em homenagem ao Sr. Lynch. Portanto, São Luís é o padroeiro da Coloninha, sendo comemorado em 21 de junho.

A cordialidade e acolhida nos encontros estiveram sempre presentes. Muitos dos entrevistados ofereciam produtos alimentícios por eles preparados. Outros ofereciam frutas cultivadas nos quintais. Esse espírito de cooperativismo e de solidariedade é característico de comunidades que cultivam hábitos e costumes conservadores. Outras condutas com base no respeito e na honestidade foram intensamente vivenciados nos contatos com essa comunidade. Como exemplo, cita-se o fato de vários entrevistados trocarem a roupa, que julgavam sujas pelas atividades de campo, antes de iniciar a entrevista. Durante a coleta de dados, a comunidade demonstrava, clara e prontamente, a sua expectativa de que a pesquisa resultaria em benefícios e desenvolvimento à população. Há uma evidente esperança de que soluções para os problemas locais advirão de recursos exógenos. Por repetidas vezes era necessário explicar o objetivo da mesma para que falsas expectativas não fossem criadas.

Poucos são os moradores que se instalaram na Coloninha na década de 80 e 90. Entretanto, muitos adquiriram propriedades a partir do ano de 2000, especialmente os lotes na vila, cujos moradores foram acompanhar parentes que lá já viviam, na Coloninha ou na região. Os moradores mais velhos da Coloninha são quase todos de origem pernambucana, mineira e paulista. Alguns entrevistados mais jovens, na faixa etária entre 30 e 40 anos, entretanto, nasceram na própria região, sendo registrados especialmente na cidade de Rio Negro. As relações de parentesco foram o principal motivo que atraiu os moradores à Coloninha. O desejo de união familiar é marcante nesta comunidade, cujo sentimento de lugar foi despertado por esses laços. Os laços afetivos que os moradores têm com o território são geradores de uma identidade que, há quatro gerações, tem mantido viva a memória coletiva e garantido a coesão sócio-cultural do grupo. Os mais jovens reconhecem e respeitam a história dos seus ancestrais e buscam reproduzi-la nas ações cotidianas.

O sentimento que os moradores nutrem pelo território é de muito amor, banhado de paz e tranqüilidade. A tranqüilidade e a segurança são tão grandes que podem deixar as portas abertas durante o dia e, à noite, dormir com as janelas também abertas. Os moradores apreciam as dádivas da natureza, como o ar puro, o silêncio e o convívio com os animais. Para eles, o contato com este ambiente físico é responsável pela boa saúde da população. As dificuldades têm sido compensadas pela qualidade de vida encontrada no local. Outro fator que os une ao território é o próprio regime privado de propriedade. O direito adquirido ao acesso e ao controle de suas terras tem garantido autonomia de uso dos seus recursos naturais.

Os moradores cadastrados nas entrevistas representam 09 (nove) grupos familiares, havendo dois destes com o mesmo sobrenome. Os grupos familiares estão distribuídos em 16 (dezesseis) propriedades, sendo 09 (nove) chácaras e 07 (sete) lotes na vila. As propriedades, por sua vez, são ocupadas por 22 (vinte e dois) domicílios, totalizando 107 (cento e sete) moradores. Nas chácaras vivem 77 (setenta e sete) pessoas e 30 (trinta) moram na vila. Dentre o total de 107 (cento e sete) residentes, o sexo masculino predomina a população. As pessoas que compartilham domicílios em uma única propriedade possuem laços de parentescos de 1º grau. Estes domicílios normalmente são distantes, no mínimo, 100 metros uns dos outros. A reciprocidade na forma dessa organização social, baseada na confiança e no respeito aos valores familiares, é outro fator marcante observado na comunidade.

Os moradores da Coloninha são dedicados a atividades de campo, sendo a maioria pequenos produtores rurais. Aqueles que não desenvolvem as atividades de campo em sua própria propriedade prestam este tipo de serviço em fazendas da região. As expressões usadas pela população para classificar as atividades desenvolvidas no campo são as mais variadas, tais como: “trabalha na lavoura”, “trabalha na roça”, “trabalha na fazenda”, “trabalha no campo”, “é cerqueiro”, “é empreiteiro”, “é gado leiteiro”, “é meeiro”, “encaixoteiro de banana”, e assim por diante. Muitas das pessoas que prestam serviços em fazendas vizinhas se ausentam por toda a semana e retornam à Coloninha apenas para passar o final de semana com a família. Alguns moradores desenvolvem mais de uma atividade, acumulando outras funções além daquelas dedicadas ao campo. Este é o caso daqueles que desenvolvem atividades comerciais e de prestação de serviços, tais como na oficina mecânica, nos mercadinhos e na serraria. As atividades exercidas em propriedades alheias são desenvolvidas, em sua maioria, por jovens do sexo masculino representantes da 3ª geração. Os saberes praticados a campo são tradicionais, tendo sido herdados dos seus ancestrais. Estas atividades de campo caracterizam uma forma de organização social baseada numa rede de relações através da qual são atendidos interesses provenientes de moradores da Coloninha e de fazendeiros. Há, portanto, uma interdependência, porém, a hierarquia de domínio e de poder não foi identificada.

As atividades comerciais atendem tanto os moradores da Coloninha quanto aqueles de fazendas vizinhas. Os mercadinhos são locais de difusão de informações da região. Lá são afixados, por exemplo, cartazes de divulgação de data e local de leilões e de festas religiosas a serem realizadas em localidades próximas. Sob esse aspecto, os mercadinhos formam pontos de conexão, os quais funcionam como elos mediadores de redes de comunicação, propiciando a interação entre a comunidade local e o mundo exterior. Por esta razão, os mercadinhos são locais potenciais para o exercício do poder e controle da organização do território. A serraria só atende as fazendas vizinhas e sob encomenda. Ela fabrica portões, pranchas para mangueiros, vigas para construção das fazendas, dentre outras solicitações.

Quase todos os moradores realizam sua movimentação bancária e comercial em Rio Verde de Mato Grosso. Poucos mantêm relação comercial apenas com a cidade de Rio Negro ou com ambas as cidades. Esta relação comercial exemplifica um dos fatores de dependência dos núcleos urbanos, difícil de ser superado.

A agropecuária é a principal atividade desenvolvida na Coloninha. Nas lavouras, eles cultivam a banana, mandioca, abóbora, milho, cana-de-açúcar e coco. Não há muitos

excedentes, mas quando há, são fornecidos aos animais domésticos para a sua alimentação. Alguns produtos são comercializados nas cidades. Segundo relato dos produtores, o sistema de produção agrícola atualmente aplicado é o resultado de muitas adaptações ocorridas ao longo dos anos. Muitas das práticas que costumavam exercer em locais de suas origens não foram possíveis aplicar à Coloninha. É o caso do período de plantio do feijão e do amendoim, o qual teve que ser adaptado às condições climáticas da região. As novas práticas foram sendo incorporadas aos poucos, à medida em que as novas experiências foram sendo bem sucedidas. Os entrevistados contam que muitas coisas foram aprendidas, também, com os “bugres” que viviam na região. Em conjunto, a comunidade foi adquirindo conhecimentos sobre os fenômenos e os ciclos naturais da região pantaneira, onde a mesma está inserida.

O sistema de produção utilizado na Coloninha possui características de um sistema tradicional, baseado em uma economia de subsistência. As técnicas utilizadas são de domínio de todos da comunidade, sendo esta uma outra característica tradicional da população. Ao mesmo tempo em que se observam as características tradicionais da população, constata-se uma necessidade premente de adaptação às tendências do mercado capitalista. Os produtores que se aventuram no mercado comercial, encontram grandes dificuldades advindas de uma economia competitiva, conforme estudado sobre a globalização. As reduzidas áreas para produção, associadas à carência de tecnologias competitivas, tornam-se fatores que, cada vez mais, distanciam esses produtores do mercado comercial. Constatou-se uma alta dependência de recursos exógenos, seja pela aquisição de insumos ou de materiais e equipamentos. Muitos produtores ainda preparam o solo de forma manual, utilizando-se de instrumentos como a enxada, o machado e a matraca, sendo os mesmos instrumentos também utilizados para outras finalidades no campo. Todos os entrevistados afirmaram que não utilizam agrotóxicos, adubo e nem corretivos para o solo, senão em raríssimas ocasiões. A limpeza das “pragas”, segundo eles, é realizada à base de enxada e da foice para capinar, por exemplo, corda-de-violão e cariru de espinho. A colheita dos alimentos produzidos na Coloninha é realizada manualmente. Não há um sistema de armazenamento, pois o consumo é imediato, não havendo excedentes, com exceção do feijão. Os produtos comercializados são vendidos na própria lavoura, no ato da colheita.

A Coloninha enfrenta graves problemas em relação aos animais silvestres que buscam nas lavouras e nos quintais, suas fontes de alimento. Esses animais são denominados de “pragas” pela população. O maior problema enfrentado nas lavouras reside nos ataques de animais como o cateto, a queixada e a anta. Os catetos e as queixadas vivem em bandos e costumam atacar durante o período noturno. Em uma única noite eles são capazes de destruir uma lavoura inteira, dando prejuízos irreparáveis aos proprietários. Uma das alternativas adotadas pela população para minimizar estes problemas é o estouro de fogos para espantar os animais. Em alguns locais, os agricultores fazem “vigília” no local. Em algumas fazendas da região, onde os meeiros trabalham, as áreas são isoladas com cerca elétrica. Na opinião de uma entrevistada, a solução é “plantar bastante para os bichos, para sobrar para a gente”. Esta visão é compartilhada por vários moradores os quais adotam, na prática, o plantio de produtos em quantidades que também alimentarão os animais. As aves são apontadas como pragas não só das lavouras, mas

também dos quintais das casas. Aves como papagaios, araras e periquitos, dentre outros, também arrasam as plantações, especialmente do feijão enquanto novo. Muitas das frutas elas chegam a comer enquanto estão verdes, não permitindo o seu amadurecimento para o consumo da população. Acima de tudo, o fato mais interessante observado é que a comunidade, em nenhum momento, demonstrou o desejo de morte das citadas pragas ou qualquer sentimento de revolta e indignação. Pelo contrário, o sentimento despertado é de piedade e de solidariedade, os quais desejam viver em harmonia com esses animais. Nessas pragas, reconhecessem as suas próprias dificuldades com o ambiente físico e respeitam as suas limitações ambientais.

Apenas duas atividades desenvolvidas em grupo foram destacadas pela comunidade: as festas da igreja e o futebol. A comunidade é católica e devota às atividades da igreja. Uma vez por mês realiza-se uma missa, ocasião em que são realizados casamentos, batizados e crismas, dentre outros sacramentos. As festas religiosas promovidas em prol da igreja são muito prestigiadas pelos moradores. As atividades desenvolvidas em prol da igreja comprovam a elevada potencialidade da comunidade quanto à sua capacidade de mobilizar-se e gerir suas próprias ações. Essa potencialidade é demonstrada pela participação e pela forma como a população se articula entre si e com a comunidade do entorno. Os fatores endógenos aqui destacados caracterizam-se pelas ações sociais coletivas e culminam no estabelecimento de uma identidade cultural. Os eventos são carregados de significados simbólicos, traduzidos em uma cultura imaterial. Este processo tem como base o auto-reconhecimento de valores e crenças que a comunidade nutre por sua religião. Estes sentimentos são referência nos relacionamentos sociais e fator de coesão da comunidade. Os moradores se conhecem pelo primeiro nome e muito pouco pelo sobrenome. Muitos são conhecidos pelo apelido. Os laços de compadrio são acentuados entre os membros que constituem os mesmos grupos familiares. Estes laços são constituídos através de casamentos e batizados dos mais jovens. A comunidade tem suas relações sociais centradas em laços de parentesco e de solidariedade, sendo que as práticas solidárias se exercem mais fortemente entre os grupos familiares. Ao analisar os depoimentos de alguns entrevistados, constata-se que a confiança, um dos elementos-chave do capital social, está prejudicando um melhor desenvolvimento social da comunidade. Para estes entrevistados, a abertura de si é uma barreira a ser superada e a credibilidade é um processo a ser construído mutuamente.

Apenas um entrevistado não possui animais de estimação. Dentre os demais, cada um possui cerca de cinco a dez cães e três a cinco gatos por propriedade, sendo a concentração maior nas chácaras. De acordo com a população, a presença do elevado número de cães deve-se ao fato de que fazendeiros da região soltam filhotes de seus cães nas proximidades da Coloninha. Famintos, os jovens animais buscam abrigo e alimentação nas propriedades, despertando sentimento de piedade dos moradores. Assim, os animais são adotados pela comunidade. Conscientes da gravidade desse quadro, a população contrata serviços veterinários da cidade para castração das fêmeas e dos machos. Apesar do grande número de cães e gatos, a Sra. Solange, Agente Comunitária de Saúde, assegurou que não há ocorrências significativas de zoonoses. Poucos são os moradores que criam animais domésticos como galinhas e porcos. Eles asseguram que não há condições de criar estes animais, pois na Coloninha eles são presas fáceis para ani-

mais silvestres. As cobras e os escorpiões representam a maior ameaça aos moradores na Coloninha. Eles matam todos esses animais que encontram pela frente. As frutas do pomar são atacadas cotidianamente pelas aves.

As pessoas que cultivam plantas ornamentais não souberam informar o nome da maior parte delas, tendo sido destacadas apenas as seguintes plantas: comigo-ninguém-pode, crista-de-galo, espirradeira, hibisco, onze horas, orquídeas, primavera e roseira. A maior parte da população não tem o hábito de cultivar horta. Nas poucas hortas existentes produz-se: alface, almeirão, cebola, cebolinha, couve, coentro, pimenta (variadas), salsinha, rabanete, rúcula e tomate, dentro outros produtos. As plantas alimentícias cultivadas nos quintais se resumem, basicamente, a frutíferas. As principais frutas citadas são: acerola, banana, carambola, goiaba, jaca, laranja, limão, manga, pinha e seriguela. Alguns alimentos são cultivados nas lavouras para o consumo diário. É o caso de quiabo, abóbora, milho, mandioca e feijão. As plantas medicinais também são cultivadas por poucos, sendo que a terramicina é a mais popular de todas. Segundo os usuários, esta planta é um poderoso antibiótico. Quase todas as plantas medicinais utilizadas pela população têm utilidade no combate a dores, do trato gastrointestinal em sua maioria, e também de “resfriados”. O uso e o modo natural de preparo dos medicamentos utilizados pela população foram herdados de seus antepassados e comprovam a prática de saberes tradicionais. Ao analisar a lista de plantas citadas pelos moradores, observa-se que a população ainda não incorporou o uso de medicamentos tradicionalmente produzidos na região. Os pantaneiros se utilizam de recursos da biodiversidade do Pantanal para produzir, por exemplo, o xarope da casca de piúva (*Tabebuia sp.*) para combater o câncer e o xarope da casca do jatobá (*Hymenaea courbaril*) como fortificante e auxiliar no combate a problemas das vias respiratórias.

A reação dos entrevistados ao serem perguntados sobre suas crenças denunciou, visivelmente, o desconforto pela abordagem do assunto. As citações registradas fazem acreditar que se trata de uma comunidade que pratica cotidianamente a representação simbólica, entretanto, ela é pouco explicitada e assumida. Quase todos os entrevistados asseguram que não acreditam em crenças populares. Ao mesmo tempo, todos eles contam o quanto seus antepassados eram supersticiosos. Eles lembram como várias crenças eram praticadas e chegam a admitir algumas. Três entrevistados acreditam que se uma pessoa encontrar um tamanduá na estrada e ele se virar para a esquerda, significa azar. Uma delas falou que “o tamanduá não presta”. Ninguém soube explicar por que o tamanduá é um animal tão repugnado. Outra entrevistada conta que, antigamente, não “prestava” quando uma galinha cantava como galo. Nessas ocasiões, cortava-se um dedo da galinha e a fazia engoli-lo. Com o sangue, fazia-se uma cruz no batente da porta e soltava-se a galinha. Ela afirmou que ainda pratica esta crendice, mesmo sem saber explicar ao certo por que razão.

Um dos entrevistados é benzedor e curandeiro. De acordo com o mesmo, ele cura todo tipo de doença, até mesmo o câncer e a diabete. Uma das plantas cultivadas por ele é o capim caboclo, o qual tem origem baiana e atinge mais de dois metros de altura. Ele assegura que também é capaz de desenvolver trabalhos para unir casais e recuperar bens, dentre outros. Os trabalhos são desenvolvidos em um cômodo da sua própria casa, onde são encontradas várias imagens religiosas. Com exceção do benzedor, os demais entre-

vistados revelaram que os conhecimentos por eles adquiridos foram repassados por ancestrais. É interessante registrar que, conforme os relatos, este papel foi desempenhado, com maior frequência, pela mãe dos entrevistados.

A Escola Municipal José Duailibi oferece ensino somente até a 4ª série do ensino fundamental, a qual contava com 21 (vinte e um) estudantes matriculados em 2005. Os demais estudantes eram distribuídos entre escolas das cidades de Rio Verde de Mato Grosso e de Rio Negro, totalizando mais 13 (treze) alunos. Segundo a Professora, o período da manhã é destinado ao Pré, 1ª e 2ª séries. O período da tarde é destinado às 3ª e 4ª séries. Há uns oito meses foi iniciado o Programa MOVA³, do Governo Federal, em que são lecionadas aulas noturnas para alfabetização de cinco alunos adultos. Na escola, diversas atividades de lazer são desenvolvidas. As brincadeiras podem ser livres, as quais são escolhidas pelas crianças ou dirigidas, cujo tema pedagógico recebe a orientação da professora. Dentre as brincadeiras realizadas na escola, estão peteca, corre-corre, pula-corda, jogo de bola, queimada e boliche. Nenhuma brincadeira foi identificada como sendo da cultura local. Para enfrentar a escassez de material na escola, a professora conta com a solidariedade dos pais dos alunos, os quais correspondem ativamente. Inicialmente é feito um trabalho de sensibilização junto a estes pais, os quais, posteriormente, auxiliam na aquisição dos produtos necessários, inclusive de limpeza. É desta forma que a professora tem realizado a reposição dos materiais da escola, apoiando-se no potencial do capital social da comunidade.

A professora relatou que a influência da televisão é muito grande no desejo de consumo dos alunos, mesmo que não possam ter os produtos desejados. Estes instrumentos conectam as residências dos alunos, em rede, aos grandes centros consumidores, e introduzem as crianças ao mundo globalizado da moda e ao conhecimento de novos recursos tecnológicos. De acordo com a Professora, os alunos gostam de atividades festivas e costumam ser bastante participativos nas programações da escola. A dedicação dos alunos às festividades escolares pode ser interpretada como a extensão do comportamento de seus pais em prol dos eventos em que participam solidariamente. Ao longo dos anos, as crianças vão vivenciando e incorporando as práticas dos mais velhos. Elementos como a cordialidade e a lealdade se fazem presentes nessas ações e fortalecem os laços afetivos entre as crianças.

Durante o desenvolvimento da Dinâmica do Barbante, observou-se que todos os alunos possuem boas noções de ecologia. Eles têm bom conhecimento sobre a cadeia alimentar, tanto dos animais apresentados na dinâmica, quanto de outros citados por eles. Vários temas foram discutidos durante a dinâmica, sendo que todos eles eram de domínio dos alunos, como a conservação de rios e matas, habitats naturais e extinção de animais silvestres.

Os alunos fizeram referência aos animais e plantas da região com muita intimidade. Assim como os adultos, todos afirmaram terem medo de animais peçonhentos como

³ O Programa Brasil Alfabetizado, popularmente conhecido como Programa Mova, foi lançado pelo Governo Federal, em 2003, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação. O Programa visa a inclusão educacional de jovens e adultos por meio da escolarização.

cobra e escorpião. Cerca de 50% (cinquenta por cento) dos alunos já mataram cobras, cujas atitudes certamente adquiriram dos mais velhos. Eles disseram que elas são mortas a paulada ou à base de facão. As crianças asseguraram que também é assim que elas matam tatu para comerem. Foi desta forma que declararam que apreciam comer carne de caça de capivara e cateto, além do tatu. A forma descontraída com que trataram este assunto deixou evidenciada a despreocupação com os aspectos ambientais e legais pertinentes. Não há parâmetro, nesta análise, para avaliar se a despreocupação está associada ao desconhecimento das implicações sujeitas às afirmações ou à confiança depositada na professora e na pesquisadora.

Durante a construção das maquetes, os alunos interagiram muito uns com os outros, especialmente aqueles pertencentes aos mesmos grupos, os quais demonstraram um elevado grau de sociabilidade. Curiosamente, todas as crianças representaram apenas a vila nas maquetes. Nenhuma representação das chácaras foi encontrada. Conforme tratado no referencial teórico, na prática constata-se que a percepção do ambiente é diferenciada de grupo para grupo social. Neste caso, as crianças não percebem a Colônia em sua totalidade, sendo que a vila é apenas parte deste objeto inteiro. Os resultados analisados permitem a constatação de que as percepções das crianças estão intimamente associadas às suas maiores satisfações. Os elementos apresentados pela maioria destacam necessidades básicas como a segurança, representada pelos “lares”, a educação e o lazer. O desejo consumista, apontado anteriormente pela professora, manifestou-se claramente na dinâmica, através dos carros e dos mercadinhos. Cabe destacar que muitos dos alunos não possuem veículos de passeio em suas residências. Por sua vez, nos mercadinhos certamente são encontrados muitos dos produtos de consumo almejados. Estes anseios são evidências de desejos de consumo influenciado pelo mundo globalizado que adentra a Colônia pela televisão. A representação das árvores indica que este é o elemento mais significativo que as crianças percebem do ambiente natural, lembrando que todas as residências são cercadas de muitas árvores. Os diferentes graus da consciência dos objetos que circundam um indivíduo, tratado no referencial teórico, se confirmam nesta análise, pois a relação das crianças com o ambiente natural consiste no prazer das sensações físicas e do contato que mantêm com os certos objetos.

Todos os entrevistados, sem exceção, têm como expectativas de melhorias para a população os três seguintes tópicos: a) a qualidade da água; b) a assistência médica e odontológica periódica, tendo um entrevistado sugerido a criação de um Posto de Saúde; e c) assistência técnica agropecuária. As demais expectativas expressadas pela população foram variadas e apresentam um misto de sentimentos quanto ao desejo de melhorias no ensino, assistência para construção de moradias, benefícios financeiros aos pequenos produtores, investimentos em qualificação técnica e programas educativos, promoção de eventos de lazer, manutenção de pontes de acessos às cidades e a construção de posto de gasolina. As expectativas baseadas no desejo de obtenção de benefícios assistencialistas remetem às práticas e paradigmas que o desenvolvimento local busca superar. Essa prática provavelmente foi instituída, ao longo dos anos, como resultado das dificuldades enfrentadas pela comunidade, cuja assistência era dada por órgãos governamentais. Frente à ausência atual dos benefícios esperados, a população se vê desamparada. Ao mesmo

tempo, há um forte espírito de solidariedade e reciprocidade, visto, por exemplo, no empréstimo de maquinários para o trabalho nas lavouras. Neste caso, tem havido busca de alternativas locais, tendo prevalecido a coesão social. Há uma forte tendência de transferência das responsabilidades comunitárias a pessoas alheias a esta. Apenas uma das pessoas entrevistadas declarou que está plenamente satisfeita com a Coloninha, tendo dito: “Agora tá bom, tem água, tem luz, tem telefone! Não falta nada!”. Esta declaração sugere, inicialmente, que a entrevistada tem poucas ambições. Por outro lado, demonstra que as suas necessidades básicas estão sendo satisfatoriamente atendidas. Por isso, ela considera que tem uma boa qualidade de vida, não desejando alterações em seu cotidiano. Duas pessoas entrevistadas acreditam que não há como melhorar nada na Coloninha. Para estas pessoas, não há, aparentemente, expectativas de desenvolvimento. Provavelmente, os seus desejos de melhorias estão tão longínquos e remotos que nem acreditam que um dia possam se tornar realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira consideração a ser realizada está relacionada à categoria dos grupos que representam a concepção aqui delineada. Esta pesquisa reflete, basicamente, a percepção sócio-ambiental baseada na visão de indivíduos adultos, mulheres acima de 30 anos de idade, em sua maioria, e de crianças na faixa etária de 07 a 10 anos. A capacidade perceptiva varia, de grupo para grupo, sendo influenciada por fatores como a faixa etária e o sexo dos indivíduos. Destaca-se, portanto, que a pesquisa não representa a opinião de jovens da Coloninha. Diante do exposto e considerando a importância de se obter o conhecimento da percepção deste grupo, recomendam-se futuros estudos para análise da visão de jovens entre 15 e 24 anos de idade.

Cabe reforçar que o único órgão público contatado foi a Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, tendo a auxiliar de campo da pesquisa sido sua representante. Portanto, deve-se ressaltar que nenhum outro representante de órgão público ou privado foi consultado, de forma que os resultados e a análise da pesquisa não sofreram qualquer tipo de influência externa desses segmentos. Os fatores que exerceram influências nesta pesquisa foram, naturalmente, a soma da experiência profissional da pesquisadora e de seu orientador, o referencial teórico adotado e as preciosas contribuições dos membros da banca examinadora da qualificação.

Os laços afetivos dos entrevistados com o território ficaram bastante evidentes. Entretanto, a memória do passado, base desses sentimentos e muito referenciada pelos mais velhos, é pouco documentada pela comunidade. Sugere-se que seja realizado um documentário que aborde aprofundados detalhes do período de colonização, cujas informações são ricas em exemplos de vida. A maior parte dos entrevistados apresentou dificuldades, em alguns momentos, na lembrança de nomes, datas e até de alguns episódios vivenciados. Tendo como base esta consideração, acredita-se que o proposto documentário servirá de instrumento para sistematizar a memória coletiva local, o que certamente valorizará e fortalecerá a identidade cultural da Coloninha.

Quanto à capacitação, desejo manifestado nos resultados, observa-se uma valorização dos recursos locais, através dos quais se busca aprimorar conhecimento aplicável à realidade da Coloninha. Considera-se, para este fim, um alerta para que os processos de aprendizagem sejam construídos desta forma almejada, pois, somente assim serão garantidas as oportunidades locais de desenvolvimento. Caso contrário, a capacitação poderá tornar-se mera forma de exportação de mão-de-obra qualificada.

Quanto à água do poço artesiano da Coloninha, o cenário apresentado é de aparente gravidade. Para tanto, recomenda-se a realização de exames laboratoriais, periódicos, que possam avaliar a qualidade da água e determinar o seu grau de potabilidade. Ainda sob este aspecto, recomenda-se um acompanhamento médico da população, o qual esteja alertado para possíveis problemas provenientes da ingestão de partículas sedimentares contidas na água atualmente consumida.

Considerando todos os problemas enfrentados pelo convívio com os animais silvestres, recomenda-se estudo de manejo das espécies citadas.

O modo de vida da comunidade foi identificado com as populações tradicionais, em suas diversas características, ainda que em maior ou menor grau de identidade com cada uma delas. De acordo com os dados coletados e a análise efetuada desta pesquisa, os moradores da Coloninha vivenciam um processo equilibrado de sustentabilidade, em suas inúmeras dimensões. Desta forma, esta comunidade tem garantido a sua capacidade de reprodução baseada em tecnologia ambientalmente sustentável e prática cotidiana de seus valores culturais. A busca por soluções aos problemas enfrentados, pela comunidade, expressa evidente desejo de manutenção dos mecanismos associados à sustentabilidade local. Ao mesmo tempo, a comunidade apresenta antigos paradigmas de desenvolvimento, manifestados através do desejo de obtenção de benefícios provenientes de ações assistencialistas.

O capital humano é pouco valorizado pela própria comunidade. Por esta razão, a mesma está insuficientemente sensibilizada e mobilizada para participar ativamente de processos decisórios, em especial aqueles de ordem pública. Sob este aspecto, constatou-se que os conflitos de interesses e a falta de união têm comprometido o processo de “empoderamento” desta comunidade. Por outro lado, o capital social foi identificado, nesta pesquisa, como sendo o elemento mais importante a ser considerado para o desenvolvimento local da Coloninha. O elevado potencial de expansão deste elemento ficou claramente comprovado nas atividades promovidas, principalmente, em prol da igreja. Entretanto, esta potencialidade é pouco percebida pela população e, conseqüentemente, há a reduzida apropriação deste capital. Isto explica a visão que a comunidade tem de seu desenvolvimento local. Os resultados ora analisados levam a crer que, na percepção sócio-ambiental da comunidade, a sua perspectiva é de um limitado desenvolvimento local. Por fim, destaca-se, nestas considerações, a importância da constituição de associações comunitárias. O associativismo é um respeitável instrumento de mobilização e defesa de interesses coletivos. Esta é uma forma recomendada de organização, através da qual há a soma de esforços cujos resultados beneficiam o desenvolvimento social e econômico de seus integrantes. Para tanto, aconselha-se que sejam retomados os objetivos da associação já constituída pela comunidade.

Agradecimentos

Aos moradores da Coloninha, pela hospitalidade, o nosso imenso respeito e admiração.

À Universidade Católica Dom Bosco e a CAPES, em nome do Programa de Desenvolvimento Local, a ilimitada gratidão pela concessão da bolsa de estudo, sem a qual o mestrado não teria sido realizado. À Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio e Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat, pelas preciosas contribuições, as quais foram significativamente enriquecedoras. À Dra. Maria Augusta de Castilho, pelas valiosas lições.

À Solange Maria Rodrigues e Adriana Crisóstomo D. Ribeiro, pelo inestimável auxílio de campo. A Sra. Janette e ao Sr. Nauile de Barros, os sinceros agradecimentos pelas acolhidas hospitaleiras e pela confiança depositada.

BIBLIOGRAFIA:

- ÁVILA, Vicente Fideles de (2003) “Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação”. Em: Maria Augusta de Castilho (org.) *I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande, UCDB.
- (2000) “Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local”. *Revista Interações* (Campo Grande). 1 (1): 63-76.
- BOURLEGAT, Cleonice Alexandre Le (2004) *A intuição e a razão*. (Texto apresentado à Disciplina de Territorialidades e Dinâmicas Sócio-Ambientais do Programa de Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico, discutido em sala, em 16 de agosto de 2004).
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (1996) *O lugar no / do mundo*. São Paulo, HUCITEC.
- CASTRO, Edna (2000) *Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais*. Em: Antonio Carlos Diegues (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo, HUCITEC – NUPAUB – USP: 165-182.
- CUCHE, Denys (1999) *A noção de cultura nas ciências sociais*. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru, EDUSC.
- Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 [en línea]. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm [22.04.2007].
- DIEGUES, Antonio Carlos (2000 [1996]) *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, HUCITEC – NUPAUB – USP.
- GIDDENS, Antony (1991) *As conseqüências da modernidade*. Trad. de Raul Fiker. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista.
- GIL, Antonio Carlos (1999) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, Atlas.
- HASTORF, Albert H.; SCHNEIDER, David J. e POLEFKA, Judith (1973) *Percepção de pessoa*. Trad. de Dante Moreira Leite. São Paulo, Edgard Blucher Ltda. – Editora da Universidade de São Paulo. Tópicos de psicologia social.

- KLIKSBERG, Bernardo (2001) *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. Trad. de Sandra Trabucco Valenzuela e Silvana Cobucci Leite. São Paulo – Brasília, Cortez – UNESCO.
- LITTLE, Paul E. (2002) *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília, Universidade de Brasília.
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria (1999) *Técnica de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo, Atlas: 64-139.
- MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira (2002) “Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas”. *Revista Interações* (Campo Grande). 3 (5): 51-59.
- SANTOS, Milton (1996) *A natureza do espaço*. São Paulo, HUCITEC. (Texto apresentado à Disciplina de Territorialidades e Dinâmicas Sócio-Ambientais do Programa de Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico, no 2º semestre de 2004. Capítulo 14 – O lugar e o cotidiano: 251-262).
- TORO, José Bernardo A. e WERNECK, Nísia Maria Duarte (1997) *Mobilização social: um modo de construir a democracia e participação*. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos – Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior (ABEAS) – UNICEF.
- TUAN, Yi-fu (1980) *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Trad. de Livia de Oliveira. São Paulo, DIFEL.